

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38 /2026
(Processo Administrativo nº 70/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, conforme entrega de requisição:

Seq.	Código	Descrição	Unid	Quant	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	87893	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BASQUETE COMPOSTA POR 4 PESSOAS, SENDO: (1APONTADOR, 1 CRONOMETRISTA E 2 ÁRBITROS)	Ps	35	R\$749,00	R\$26.215,00
2	87894	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BASQUETE 3X3 COMPOSTA POR 4 PESSOAS, SENDO: (1APONTADOR, 1 CRONOMETRISTA DE 12 SEGUNDOS E 2 ÁRBITROS)	Ps	30	R\$638,52	R\$19.155,60
3	87895	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL COMPOSTA POR 5 PESSOAS (1 ÁRBITRO PRINCIPAL, 2 AUXILIARES, 1 QUARTO ÁRBITRO E 1 APONTADOR)	Ps	55	R\$1.172,10	R\$64.465,50
4	87896	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY COMPOSTA POR 3 PESSOAS (2 ÁRBITROS E 1 APONTADOR)	Ps	40	R\$689,50	R\$27.580,00
5	87897	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL COMPOSTA POR 3 PESSOAS (1 APONTADOR, 2ÁRBITROS)	Ps	87	R\$674,52	R\$58.683,24
6	87898	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE HANDEBOL COMPOSTA POR 4 PESSOAS (1 APONTADOR, 1 CRONOMETRISTA E 2 ÁRBITROS)	Ps	25	R\$718,30	R\$17.957,50
7	87899	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL COMPOSTA POR 3 PESSOAS (1 APONTADOR, 1 ARBITRO PRINCIPAL E 1 SEGUNDO ÁRBITRO)	Ps	65	R\$624,82	R\$40.613,30

1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 97, de 01 de março de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

JUSTIFICATIVA PARA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL – SERVIÇOS CONTÍNUOS – ART 106 e 107 DA LEI 14.133/2021.

Trata-se de justificativa técnica e jurídica para o enquadramento dos serviços de arbitragem prestados por empresa especializada como serviços de natureza contínua, para fins de aplicação do art. 106 c/c art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021 define serviços e fornecimentos contínuos como "serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas". O enquadramento dos serviços de arbitragem nessa categoria se justifica pelos fundamentos a seguir.

Primeiramente, a necessidade de solução de controvérsias contratuais não é eventual nem episódica: trata-se de demanda permanente e estrutural da Administração, que celebra inúmeros contratos ao longo de cada exercício e está sujeita a litígios de forma contínua. A utilização da arbitragem como método de resolução de conflitos, autorizada expressamente pelo art. 151, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, exige a manutenção de estrutura arbitral disponível e ativa durante toda a vigência dos contratos administrativos, os quais se sucedem ininterruptamente no tempo.

Em segundo lugar, os serviços objeto da contratação não se esgotam com a conclusão de um único procedimento. A futura contratada disponibilizará, de forma permanente e continuada, toda equipe necessária para realização dos jogos amistosos e também dos diversos campeonatos promovidos pela administração. Essa disponibilização ininterrupta é o traço distintivo dos serviços contínuos, na linha do entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União no Manual de Licitações e Contratos (5ª edição) e nos Acórdãos nº 1.271/2018 e nº 2.081/2019, ambos do Plenário, que reconhecem a adequação do pregão eletrônico para a contratação de câmaras arbitrais, modalidade licitatória reservada pela Lei nº 14.133/2021 justamente para serviços contínuos e comuns.

Em terceiro lugar, a interrupção do contrato de arbitragem causaria solução de continuidade nos procedimentos já instaurados, com prejuízos à Administração e às partes, evidenciando que o serviço não comporta descontinuidade, atributo característico dos serviços contínuos conforme consolidado na jurisprudência do TCEMG. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na Consulta nº 1.007.553/2019, consagrou o entendimento de que a permanente necessidade do serviço é pressuposto do enquadramento como serviço contínuo, requisito inequivocamente presente na espécie.

Por fim, o enquadramento como serviço contínuo autoriza a celebração do contrato com vigência inicial de até cinco anos, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, e a sua prorrogação sucessiva até o limite máximo de dez anos, conforme o art. 107 do mesmo diploma, desde que atestada a vantajosidade e a satisfatoriedade da execução, o que propicia ganhos de escala, estabilidade procedimental e economicidade à Administração.

Diante do exposto, os serviços de arbitragem prestados por empresa especializada enquadram-se como serviços de natureza contínua, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, por atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

1. necessidade permanente e prolongada da Administração Pública, decorrente da sucessão ininterrupta de contratos administrativos sujeitos a potenciais litígios;
2. disponibilização contínua de infraestrutura, corpo técnico especializado e suporte operacional, independentemente do volume de demandas em cada período;
3. impossibilidade de descontinuidade sem prejuízo aos procedimentos arbitrais em curso e à regularidade da atividade administrativa; e
4. reconhecimento pela jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.271/2018 e nº 2.081/2019 — Plenário) e pelo TCEMG (Consulta nº 1.007.553/2019) da legitimidade e da natureza continuada das contratações de serviços de câmaras arbitrais pela Administração Pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Programa Movimenta Conceição, instituído pela Lei Municipal nº 3861/2025 foi criado pelo Município com objetivo de proporcionar treinamentos de iniciação esportiva e preparação de equipes para as modalidades vôlei, futsal, basquete, handebol e futebol para crianças, jovens e adultos dentro do Município de Conceição das Alagoas – MG. Nesse sentido, as competições esportivas oferecem benefícios abrangentes nos aspectos físicos mentais e sociais para os atletas que estão treinando semanalmente. As competições motivam os treinadores e atletas na manutenção dos treinos, afinal todos treinam para competir. É essencial observar que a competição deve ser utilizada como um processo no qual os resultados servem de auxílio para aprendizagem, seja derrota, empate ou vitória. Sendo assim, a competição torna-se um meio de formação, uma estratégia importante para o indivíduo e o resultado é uma consequência desse processo. Buscando atender os objetivos desportivos, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer promove competições para as modalidades vôlei, futsal, basquete, handebol e futebol em todas categorias, inclusive adulto e amador. A presente prestação de serviços justifica-se pela necessidade que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer têm de contratar serviços de arbitragem para realização de campeonatos durante o ano de 2026 e primeiro semestre de 2027, visando cumprir o calendário de competições anual.

2.2. Constitui objeto do referido estudo: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM.**

2.3. Atualmente, para toda compra pública é realizada uma descrição detalhada e estimativa do quantitativo conforme a realidade que se apresenta, com intuito de alcançar a eficiência e vantajosidade das contratações públicas de acordo com planejamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto, os meios pelos quais a necessidade administrativa será suprida e os elementos técnicos, operacionais e jurídicos que fundamentam e estruturam a contratação de serviços de arbitragem esportiva para as modalidades praticadas nos eventos e competições promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Conceição das Alagoas.

Definição e objeto da solução

A solução consiste na contratação de empresa, cooperativa ou associação especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva, para o fornecimento de equipes completas de árbitros credenciados pelas respectivas federações estaduais, destinadas à condução das partidas, jogos e competições das modalidades esportivas integrantes do calendário oficial da Secretaria Municipal de Esportes.

Entende-se por serviço de arbitragem esportiva, para os fins desta contratação, a designação, a convocação e o deslocamento de profissionais habilitados — árbitros, árbitros assistentes, árbitros de mesa, cronometristas, fiscais de linha e demais integrantes da equipe de arbitragem — para a condução técnica das partidas, com aplicação das regras oficiais de cada modalidade, conforme regulamentos das confederações nacionais e federações estaduais competentes.

Composição técnica da solução por modalidade

A solução é estruturada por item, correspondendo cada item a uma modalidade esportiva. Para cada modalidade, a contratada deverá fornecer a equipe de arbitragem completa conforme as regras oficiais e a composição mínima descrita a seguir:

Requisitos técnicos da solução

Requisitos de habilitação dos profissionais

Todos os árbitros e demais integrantes da equipe de arbitragem fornecidos pela contratada deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- a) **Credencial válida:** possuir credencial ativa expedida pela Federação Estadual da modalidade correspondente, na categoria compatível com o nível da competição, válida para o exercício em que os serviços serão prestados;
- b) **Regularidade junto à federação:** estar quite com as obrigações perante a federação estadual da modalidade, sem suspensão ou impedimento de atuação;
- c) **Aptidão física:** apresentar, quando solicitado pelo fiscal do contrato, atestado de aptidão física para a prática esportiva emitido por médico habilitado, com validade de até 12 meses;
- d) **Vestimenta e equipamentos:** apresentar-se uniformizado conforme o padrão da federação estadual da modalidade, com todos os equipamentos necessários à condução da partida.

Modelo de execução e controle dos serviços

Modelo de fornecimento

Os serviços serão prestados de forma parcelada e sob demanda, conforme o calendário esportivo municipal, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Secretaria Municipal de Esportes. Não há obrigatoriedade de consumo do quantitativo total estimado, sendo o contrato executado conforme a demanda real de eventos.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, quadro de árbitros credenciados em número suficiente para atender às Ordens de Serviço emitidas, inclusive para eventos simultâneos de modalidades distintas, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

Documentação obrigatória por jogo

A cada jogo ou evento arbitrado, a contratada deverá entregar ao fiscal do contrato os seguintes documentos:

- a) **Súmula original do jogo:** preenchida e assinada pelo árbitro central e pelos capitães das equipes participantes, conforme o modelo oficial da federação estadual da modalidade;

- b) **Relatório de ocorrências:** descrevendo eventuais incidentes disciplinares, abandono de jogo, ausência de equipe, paralisação por motivo de força maior ou qualquer ocorrência relevante durante o evento;
- c) **Lista de presença da equipe de arbitragem:** identificando nominalmente cada integrante da equipe que atuou na partida, com número da credencial e assinatura;
- d) **Nota Fiscal de serviços:** referente aos serviços prestados no período, agrupando os jogos realizados conforme periodicidade de faturamento definida no contrato.

Vigência contratual e estimativa de demanda

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, prorrogável por iguais e sucessivos períodos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua vinculado ao calendário permanente de eventos esportivos municipais.

Sustentabilidade, impactos sociais e desenvolvimento local

A solução de contratação de serviços de arbitragem esportiva apresenta relevante dimensão social e de desenvolvimento local, considerando os seguintes aspectos:

- e) **Geração de renda para profissionais locais:** a maioria dos árbitros esportivos atuantes em competições municipais são profissionais residentes no próprio município ou na região, de modo que a contratação contribui diretamente para a geração de renda local e para a valorização dos profissionais do esporte;
- f) **Desenvolvimento esportivo municipal:** a presença de arbitragem qualificada e credenciada nas competições municipais eleva o nível técnico dos eventos, estimula a participação da comunidade nas competições e contribui para o desenvolvimento do esporte de base no Município;
- g) **Preferência por fornecedores locais e ME/EPP:** em observância ao art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e aos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, o certame contemplará os benefícios de empate ficto para microempresas e empresas de pequeno porte, incentivando a participação de associações e cooperativas de árbitros locais;
- h) **Impacto ambiental reduzido:** por se tratar de serviço prestado por profissionais locais ou regionais, os deslocamentos tendem a ser de curta distância, minimizando a emissão de gases de efeito estufa associada ao transporte.

3.2. Do ponto de vista qualitativo e econômico mostra-se viável o fornecimento parcelado do serviço, conforme entrega de autorização de fornecimento. A aquisição integral apresenta desvantagens quanto a prestação de serviços, uma vez que os campeonatos serão realizados ao longo do período do contrato.

3.3. O pagamento será efetuado em até 30 dias após recebimento dos itens, com a devida emissão de nota fiscal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços de arbitragem a serem executados serão acompanhados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

4.2. A contratada deverá, no momento do pedido feito pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, comprovar que todos os integrantes da equipe de arbitragem escalada estão regularizada e vinculados junto a Federação ou Confederação da respectiva modalidade.

4.3. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer reserva-se ao direito de convocar a licitante vencedora, conforme os acontecimentos dos campeonatos.

4.4. A contratada deverá apresentar, no ato da proposta, pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante que comprovem a prévia execução de serviços de características e complexidades semelhantes às constantes do objeto da licitação, garantindo a disponibilidade de profissionais capacitados para atender à demanda da Administração Municipal.

4.5. O local, dia e horário de execução dos serviços (jogos) serão determinados pela Secretaria de Esporte e Lazer, mediante apresentação de tabela e autorização de empenho.

4.6. A elaboração da escala de arbitragem e prestação dos serviços é de inteira responsabilidade da empresa vencedora do certame, que deverá observar as normas previstas no regulamento oficial de cada modalidade e regulamento específico do respectivo campeonato.

4.7. Após o envio do pedido com autorização de empenho, a escala de arbitragem será entregue/enviada a Secretaria de Esporte e Lazer, com 5 (cinco) dias de antecedência da data dos jogos pelo representante legal da empresa vencedora através dos canais oficiais do órgão requisitante.

4.8. Na escala deverão constar, obrigatoriamente, os nomes completos de cada árbitro, suas funções, para a realização dos jogos, acompanhado da documentação que comprove vínculo de certificação, credenciamento, registro ou filiação a Confederação/Federação da respectiva modalidade.

4.8.1 Para comprovação de vínculo junto a Confederação/Federação dos integrantes da equipe de arbitragem escalada, serão considerados os seguintes documentos:

- ✓ Certificado de conclusão de curso, da respectiva modalidade, expedido pela Federação/Confederação no ano corrente;
- ✓ Carteira de Credenciamento vigente expedido pela Federação/Confederação;
- ✓ Carteira de Registro vigente expedido pela Federação/Confederação;
- ✓ Carteira de Filiação vigente expedido pela Federação/Confederação;
- ✓ Contrato de prestação de serviços vigente executados para Federação/Confederação;
- ✓ Declaração de vínculo com número de registro expedido pela Federação/Confederação;

4.9. A contratada deverá apresentar cópia dos Certificados de conclusão de curso dos árbitros junto com os documentos de identificação dos mesmos no momento do pedido.

4.10. As condições físicas e psicológicas da equipe de arbitragem serão de responsabilidade da contratada.

4.11. A equipe de arbitragem que atuará nos jogos deverá estar presentes no dia designado para a partida em que atuarão com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário previsto na tabela para início do(s) jogo(s).

4.12. Os uniformes da equipe de arbitragem serão de responsabilidade da Contratada;

4.13. Constatado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Turismo através de relatório, que os serviços encontram-se em desacordo com o Edital, após contraditório da licitante, os serviços serão interrompidos, podendo culminar na rescisão do contrato, independentemente da aplicação das sanções previstas em lei.

4.14. Todas as despesas e encargos com funcionários transporte e alimentação serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

4.15. Todas as ordens no decorrer da execução dos serviços deverão ser dadas expressamente pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ou seu preposto expressamente nomeado.

4.16. O Município de Conceição das Alagoas se reserva ao direito de inspecionar os serviços

ora prestados, podendo revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa para seus serviços e por razões de interesse público.

4.17. Estarão a cargo da empresa vencedora todas as despesas relacionadas a atuação da equipe de arbitragem, além de passagens, estadias e alimentação dos profissionais que executarão os serviços, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas e tributos que incidirem sobre os serviços.

4.18. Havendo irregularidade ou incompatibilidade com a descrição do serviço prestado, o licitante vencedor deverá adequar os serviços imediatamente.

4.19. A contratada deverá iniciar a prestação dos serviços imediatamente, após a assinatura do Contrato e, por conseguinte, após o recebimento da autorização de empenho emitida pelo setor competente.

4.20. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

4.21. A contratada deve fornecer todos os equipamentos, ferramentas e transporte e/ou qualquer outra despesa necessária à execução dos serviços a serem prestados.

4.22. A contratada não poderá sem anuência do Município de Conceição das Alagoas modificar quaisquer especificações deste Contrato, sua gestão será feita exclusivamente pela autoridade cabível, designada pela Administração.

4.23. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

4.24. A contratada deverá prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.25. A CONTRATADA está obrigada a comunicar à fiscalização designada pela CONTRATANTE, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto deste termo;

4.26. A contratada será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

4.27. A Contratada será responsabilizada pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.28. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Subcontratação

4.29. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.30. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.31. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A empresa contratada prestará os serviços de acordo com cronograma ou tabela de cada campeonato ou amistoso.
- 5.2. A escala com as informações da equipe de arbitragem deverá ser enviada a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com 5 (cinco) dias de antecedência dos jogos, a partir de recebimento da Autorização de empenho.
- 5.3. Todas as ordens no decorrer da execução dos serviços deverão ser dadas expressamente pelo responsável técnico da contratante.
- 5.4. O Município de Conceição das Alagoas se reserva ao direito de inspecionar os serviços prestados, podendo revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, rejeitar todas as propostas, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa e por razões de interesse público.
- 5.5. Estarão a cargo da empresa vencedora todas as despesas de impressão de documentos relacionados as partidas, pré súmulas e súmulas, deslocamento da equipe de arbitragem e dos materiais que serão utilizados durante os jogos, passagens, estadias e alimentação dos profissionais que executarão os serviços, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas e tributos que incidirem sobre os serviços.
- 5.6. As equipes de arbitragem deverão comparecer nos locais das partidas, quando solicitada, com até 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto no pedido ou tabela do campeonato.
- 5.7. Os uniformes das equipes de arbitragem serão de responsabilidade da CONTRATADA, de acordo com as regras oficiais de cada modalidade.
- 5.8. Havendo irregularidade ou incompatibilidade com a descrição do serviço prestado, o licitante vencedor deverá adequar os serviços imediatamente.
- 5.9. Não serão aceitos equipes de arbitragem que não cumpram os requisitos técnicos elencados neste instrumento.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico acompanhará toda a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, a escala das equipes de arbitragem, os pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo

contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO E DE PAGAMENTO

Execução

7.1. Os prazos para prestação dos serviços serão de acordo com as tabelas dos campeonatos, a partir do recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho ou da autorização de fornecimento.

7.2. Os serviços serão prestados em local designado pela Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas ou Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, salvo se disposto em contrário no contrato, na autorização de fornecimento ou em documentos anexo à Nota de Empenho.

Liquidação

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Autorização de Empenho. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal e trabalhista.

Prazo de pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão da nota fiscal acompanhada de relatório de medição da secretaria requisitante.

7.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo*, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.13. O faturamento referente aos serviços de arbitragem dar-se-á com base nos quantitativos efetivamente validados pela CONTRATANTE.

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.18. Não haverá em qualquer hipótese antecipação de pagamentos.

Cessão de crédito

7.19. Não haverá cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO SRP (Sistema de Registro de Preços)**, sob a forma **ELETRÔNICA**.

DA JUSTIFICATIVA REFERENTE À ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE REGISTRO DE PREÇO

Trata-se da eventual contratação de empresa para Prestação de Serviços de Arbitragem buscando atender os objetivos desportivos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer para promover competições para as modalidades vôlei, futsal, basquete, handebol e futebol em todas as categorias, inclusive adulto e amador. O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado (conforme dispõe a Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021), o objeto pode ser licitado por SRP. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas nos termos da Lei Federal no 14.133/21, ou seja: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza futura, eventual, variável e parcelada das necessidades dos municípios, como por exemplo a prestação de Serviços contínuos (ou sob demanda) de manutenção predial preventiva, corretiva, preditiva e conservação de suas áreas externas, e contenções de encostas de baixa complexidade preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva e também sem dedicação exclusiva (sob demanda), incluindo o fornecimento de peças e materiais (sob demanda). A realização de um processo de contratação convencional obrigaria todos os municípios a contratar quantitativos fixos e imediatos, gerando risco de desperdício, estoque excessivo, inadequação às necessidades reais e pressão orçamentária. O SRP permite que cada município realize as aquisições estritamente conforme a demanda, sem comprometer recursos antecipadamente. Trata-se de modelo mais econômico, eficiente e alinhado à função institucional. O SRP também reduz riscos de atrasos e possibilita planejamento progressivo, permitindo que o Município emita ordens de fornecimento em cronogramas definidos, garantindo a prestação de serviços de acordo com as tabelas, número de jogos e campeonatos. Ademais, a estrutura do SRP afasta a obrigação de aquisição mínima e garante maleabilidade fiscal, sem comprometer dotações orçamentárias além do necessário. A contratação via SRP é, portanto, tecnicamente vantajosa, economicamente racional e operacionalmente adequada, cumprindo integralmente o art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demonstrando superioridade

frente às demais alternativas avaliadas no ETP. Desta forma, o Registro de Preços mostra-se essencial, pois, por limitações orçamentárias, a contratação pode não se dar de forma imediata, sendo necessário o aguardo da disponibilidade orçamentária para a efetivação da contratação dos serviços. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda de jogos e campeonatos, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata, que será de 12 (doze) meses, podendo ampliar o número de contratados até o limite do registrado, tornando mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento, racionalizando a força de trabalho, bem como os dispêndios em um curto espaço de tempo, sem ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito do órgão.

O SRP, segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, “apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas na Lei Federal no 14.133/21, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção. No caso em tela, considerando que a contratação é necessária para atender as demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Assim, a solução mais vantajosa no momento é a utilização do Sistema de Registro de Preços em substituição ao Pregão convencional. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma Eletrônica, utilizando-se o Sistema de Registro de Preço, haja vista tratar-se de contratação de serviços comuns e que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

9.1. Não haverá exigência de amostra.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Exigências de habilitação

9.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde

se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.16. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa a atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.18. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.19. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado sede ou órgão equivalente nos termos da Lei, comprovando;

9.20. Os 2 (dois) últimos balanços patrimoniais exigíveis serão determinados conforme o instrumento de registro utilizado pela licitante, observados os seguintes critérios:

Instrumento de Registro	Prazo de Registro/Entrega	Exercícios Exigíveis	Observação
Registro na Junta Comercial	Até 30/04 do ano seguinte	2024 e 2025 ✓ (a partir de maio/2026)	Prazo vencido em 30/04/2026
SPED ECD (Receita Federal)	Até 31/07 do ano seguinte	2024 e 2025 ✓ (a partir de agosto/2026)	Prazo vence em 31/07/2026

9.21. A licitante constituída há menos de 2 (dois) exercícios sociais completos, fica dispensada da apresentação dos balanços relativos aos exercícios inexistentes, devendo apresentar o(s) balanço(s) disponível(is), acrescido do balanço de abertura, devidamente registrado, em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdãos nº 1.757/2011 e 2.427/2013).

9.22. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica de Habilitação

9.29. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou, de forma satisfatória, serviços de transporte e/ou destinação de resíduos de esgoto ou resíduos de natureza e complexidade equivalentes, compatíveis com o objeto da presente licitação.

9.30. Apresentar na habilitação, certificados de cursos específicos em cada área de atuação (modalidade esportiva).

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do

disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 254.670,14 (duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta reais e quatorze centavos).

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/05/2026.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

13.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações abaixo:

Unidade – 82 – Secretaria Municipal de Esportes

Fonte: 500

Sub Unidade 01 – Secretaria Municipal de Esportes

Requisitante: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Dotação: 432

Unidade – 24 – Fundo Municipal do Esporte

Fonte: 500

Sub Unidade 01 – Esporte

Requisitante: Incentivo a Prática de Esportes

Dotação: 822

13.3. As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Conceição das Alagoas/MG, 19 de maio de 2026.

Cléber Domingos Martins
Secretário Municipal de Esporte e Lazer